

Acordo é a última esperança de se evitar um choque

Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA — O acordo dos ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, do Planejamento, João Batista Abreu, e do Trabalho, Dorothea Werneck, com os empresários para conter os reajustes de preços é uma das últimas tentativas no sentido de evitar que a deterioração da economia possa tornar irresistíveis as pressões de dentro e fora do governo por um novo choque. Com o acerto em vigor, a equipe econômica aposta que não haverá acelerações bruscas da inflação até o segundo turno das eleições. Nesse caso, poderá ser formado um gabinete de transição para administrar a economia, sem choques e sem hiperinflação, até a posse do novo presidente.

E a equipe, que jogou todas as suas fichas no sucesso do acordo, está otimista e acha que a queda das cotações do ouro e do dólar no paralelo na sexta-feira, depois de uma semana agitada, já é resultado do acordo. Na avaliação de importantes assessores do governo, a alta desses dois ativos e a própria aceleração da inflação decorrem de fatores psicológicos e, por isso, a sua queda também resulta desses mesmos fatores: o fechamento do acordo mostrou que o governo ainda tinha instrumentos para conter a inflação, o que tranquilizou o mercado.

Índices — Os efeitos práticos do acordo com os empresários sobre a elevação dos preços só surgirão sobre o IPC, de novembro, que será divulgado no final do próximo mês. O índice de outubro já computou os aumentos de três semanas decorridas antes da entrada em vigor do redutor de preços, que só deve ser aplicado na segunda semana de outubro — a última para o IPC, que será divulgado dia 30. A conclusão da equipe é que estão corretas as previsões de que a inflação de outubro ficará entre 40% e 42%.

O secretário do Tesouro Nacional, Luiz Antônio Gonçalves, não acredita nessa previsão partilhada por outros integrantes da equipe, mas admite falar sobre ela. "Uma inflação

de 40% é pouco superior à de 35,95% de setembro e não traz problemas", avalia. Entre os que acreditam na previsão do mercado, a avaliação é de que esse índice mostra que a economia não saiu de controle e que, se o governo mantiver o ritmo de aceleração até o segundo turno, o pior terá passado.

Já a inflação de novembro dependerá diretamente do sucesso do acordo com os empresários, porque o período de apuração do índice — de 15 de outubro a 15 de novembro — terá conturbações políticas. A incerteza sobre o eleito desde a queda de Fernando Collor nas pesquisas e a ameaça de subida dos candidatos de esquerda aumenta a instabilidade, segundo importantes fontes do governo.

"O preferido do mercado, que é o Afif, não sobe", diz um desses assessores. Segundo ele, Guilherme Afif inspira confiança nos agentes econômicos porque não promete moratória das dívidas e seu programa econômico defende posições que agradam os grandes empresários e banqueiros. Já os candidatos Brizola e Lula já avisaram que vão mexer nas regras da dívida pública e a sua subida provoca corridas ao ouro e dólar. "Não foi apenas a ação de especuladores que fez o dólar e o ouro subirem", conclui outro assessor, que atribui a elevação a incerteza das eleições e a impressão de que o governo não tinha mais nada a fazer para conter a inflação.

A alta do dólar e ouro e a aparente impotência do governo para controlar a economia, somados aos boatos sobre um possível choque, desejado por alguns assessores do Palácio do Planalto, acirraram as expectativas de hiperinflação. Se a tentativa de um acordo com os empresários não seguir a inflação de novembro em um patamar inferior a 55%, a deterioração pode obrigar a um novo choque. E, embora os ministros neguem a possibilidade, um parlamentar próximo do presidente Sarney admite um novo congelamento para assegurar as eleições, o segundo turno de votação e a posse, antecipada para janeiro, do novo presidente. E este terá que conter a crise.